Católicos e protestantes pregam hoje o mesmo Evangelho

Odair Pedroso Mateus
Vice-Secretário Geral do Conselho Mundial de Igrejas (2020-2022)
Diretor da Comissão de Fé e Ordem do Conselho Mundial de Igrejas (2015-2022)
Professor de teologia ecumênica no Instituto Ecumênico de Bossey (2004-2021)
Secretário Executivo do Departamento de Teologia e Ecumenismo da Comunhão Mundial de Igrejas Reformadas (2000-2007)

Reunidos no dia 5 de julho de 2017 em Wittenberg, Alemanha, na igreja em que Martinho Lutero pregou a Reforma (e não a divisão) da Igreja latina em 1517, a Comunhão Mundial de Igrejas Reformadas, o Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos da Igreja Católica e a Federação Luterana Mundial assinaram dois documentos diferentes que, se levados a sério pelas igrejas, podem ajudar a mudar a relação tradicionalmente complicada entre católicos e protestantes no Brasil. Mas antes de falar desse evento é preciso fazer um pequeno trabalho de memória.

I. Católicos e Protestantes, Luteranos e Reformados: Separações

No século 16, católicos e protestantes se separaram e se condenaram mutuamente. Logo depois, dentro do protestantismo, luteranos (da reforma alemã) e reformados ou presbiterianos (das reformas suíça, inglesa e escocesa) também se separaram e se condenaram mutuamente.

A separação entre católicos e protestantes teve como foco o conflito de interpretações da verdade sobre a

salvação em Jesus Cristo e sobre o papel da igreja na salvação. Os protestantes fizeram da chamada doutrina da justificação pela fé - segundo as escrituras, somos salvos por graça divina em Cristo, por meio da fé pessoal que é dom do Espírito Santo e sem que nenhuma obra ou mérito nosso possam influenciar a decisão soberana e graciosa de Deus - o princípio regulador da estrutura ministerial e da vida e missão da Igreja, o *articulus stantis et cadentis ecclesiae,* isto é, o artigo de fé pelo qual a igreja se mantém fiel à verdade do evangelho ou fracassa.

A separação entre luteranos e reformados-presbiterianos, por outro lado, girou principalmente em torno de três questões: a compreensão da presença real de Cristo no pão e no vinho da comunhão; a doutrina sobre a pessoa de Cristo, e a predestinação. O colóquio de Marburgo em 1529, que reuniu Lutero e Melanchton do lado alemão e Zwinglio e Ecolampádio do lado suíço reformado não levou a um acordo sobre o modo da presença de Cristo no pão e no vinho eucarísticos.

Enquanto os suíços argumentavam que Cristo não estava fisicamente presente nos elementos da ceia – nem neles, nem sob eles, nem com eles -, Lutero escrevia com giz sobre a mesa, em latim, as palavras de Jesus durante a última ceia: *hoc est corpus meum*, "este é o meu corpo". Assim, luteranos e reformados, que tinham concordado em vários pontos polêmicos, se separaram em 1529 sem acordo sobre a presença real de Cristo no sacramento da comunhão. As duas grandes famílias da Reforma continuaram, durante os séculos seguintes – com a exceção do norte e do oeste da Alemanha a partir do século 19 -, a viver separadas uma da outra.

II. Católicos e Luteranos em Diálogo

Depois do Concílio Vaticano II, que colheu os muitos frutos da renovação bíblica, litúrgica e teológica católica da primeira metade do século 20, Roma não apenas se filiou à Comissão de Fé e Ordem do Conselho Mundial de Igrejas, mas, mesmo antes disso, começou um diálogo teológico internacional com os luteranos e, mais tarde

com presbiterianos e reformados, sobre os grandes temas que marcaram a divisão do século 16.

Bastaram seis anos de diálogo oficial para teólogos católicos e luteranos concluirem, no texto *O Evangelho e a Igreja,* de 1972, que eles estavam de acordo sobre os pontos mais centrais da controvertida questão da justificação pela graça por meio da fé. Era a confirmação, pelo menos entre os teólogos representando as igrejas, do consenso fundamental que o jovem Hans Küng havia antecipado em 1957 em sua tese de doutorado. Com base nesse amplo consenso sobre a essência da doutrina da justificação, o diálogo oficial católico-luterano produziu em 1983, nos 500 anos do nascimento de Lutero, um texto em que o reformador não é mais tratado pelos católicos como a heresia em pessoa, mas como testemunha de Jesus Cristo.

O resultado mais visível e notável do diálogo veio em 31 de outubro de 1999, com a publicação da histórica Declaração Conjunta Sobre a Doutrina da Justificação. Esse texto expressa o que a gente chama em linguagem ecumênica técnica de "consenso diferenciado": duas comunhões separadas por um ponto de doutrina dialogam sobre isso e chegam à conclusão de que agora estão de acordo quanto ao essencial do que as dividira; reconhecem que há pontos dessa doutrina que continuam sendo polêmicos, mas afirmam que os pontos polêmicos não são suficientemente importantes para pôr em risco o consenso fundamental que pode levá-las da separação à declaração de comunhão eclesial ou à união orgânica.

O Conselho Metodista Mundial, do qual a Igreja Metodista do Brasil faz parte, aderiu ao consenso fundamental luterano-católico em 2006, quando um dos seus vice-presidentes era um bispo metodista brasileiro. A Comunhão Mundial de Igrejas Reformadas – da qual são membros a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil e a Igreja Presbiteriana Unida - fez o mesmo em Leipzig, Alemanha, em julho de 2017. Cresce, portanto, entre a Igreja Católica Romana e as igrejas marcadas pela Reforma, o consenso fundamental sobre o conteúdo da proclamação evangélica que, pelo menos para os

protestantes é a condição fundamental para a unidade entre igrejas separadas.

III. Luteranos e Reformados em Diálogo

O diálogo teológico moderno sobre as questões que separaram luteranos e reformados/presbiterianos logo após a Reforma começou na Alemanha depois da Segunda Guerra Mundial. Durante cerca de dez anos, teólogos luteranos e reformados retomaram a questão que tinha ficado sem solução no colóquio de Marburgo de 1529. Exatos 430 anos mais tarde, eles produziram as chamadas "Teses de Arnoldshein", de 1959. Essas teses demonstraram que o Novo Testamento não podia servir de base para a divisão em relação à presença de Cristo na Santa Ceia.

Isso significava que se luteranos e reformados, que já estavam de acordo quanto à proclamação do evangelho da justificação, chegavam agora a um acordo sobre um ponto polêmico da doutrina dos sacramentos, nada mais impedia o restabelecimento da comunhão eclesial entre as duas tradições pois, de acordo com o artigo 7 da Confissão de Augsburgo de 1530, "para a verdadeira unidade da igreja é suficiente [*satis est*] estar de acordo sobre a doutrina do Evangelho e sobre a administração dos sacramentos".

Isso levou as igrejas luteranas e reformadas européias a restabelecer a comunhão eclesial através da Concórdia de Leuenberg em 1973. Elas formam hoje a Comunhão de Igrejas Protestantes na Europa, da qual faz parte a Igreja Evangélica do Rio da Prata, com sede na Argentina. Um processo semelhante ao de Leuenberg culminou nos Estados Unidos na *Formula of Agreement* em 1996.

IV. Católicos e Protestantes no Brasil Hoje

Os dois processos ecumênicos (um envolvendo católicos e luteranos e culminando na Declaração Conjunta sobre a Justificação, outro envolvendo luteranos e reformados e culminando na Concórdia de Leuenberg e na *Formula of Agreement*) foram ampliados e celebrados conjuntamente no começo de Julho de 2017 em Wittenberg.

A Comunhão Mundial de Igrejas Reformadas juntou-se aos católicos, luteranos e metodistas e assinou, fazendo sua, a Declaração Conjunta sobre a doutrina da justificação. No mesmo dia, reformados e luteranos declararam, no "Testemunho de Wittenberg", que as diferenças que existem entre as duas tradições não justificam a separação entre elas e se comprometeram a busar novas formas de vida e testemunho conjuntos.

O que isso tudo quer dizer na realidade eclesial brasileira? Primeiro, isso deveria mudar qualitativamente as relações entre essas igrejas. Metodistas e presbiterianos, de um lado, e católicos de outro não têm como justificar teologicamente a falta de diálogo e cooperação em nível local ou nacional; a indiferença ou mesmo a hostilidade que continua a existir entre eles.

Em segundo lugar, esses dois importantes avanços ecumênicos têm em comum a questão da mensagem cristã no mundo de hoje e contribuem para a purificação da missão e da evangelização no Brasil. Se essas igrejas estão de acordo quanto ao centro da mensagem cristã, a evangelização tem que ser purificada da tentação de proselitismo entre elas. Se elas estão de acordo quanto ao centro da mensagem cristã, elas pregarão juntas que a graça de Deus não está à venda, ao contrário do que promete o outro evangelho, o da prosperidade, cujo sucesso no Brasil não é evidência de fidelidade às escrituras e à tradição da igreja.